

QUANDO A RAZÃO COMBATE A DESRAZÃO: OS OLHARES PSIQUIÁTRICOS SOB A CRIANÇA DITA ANORMAL

Autora: Giovanna Maria Trajano de Lira

Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco

giovannatlira@gmail.com

Orientador: Carlos Alberto Cunha Miranda

Docente do curso de História da Universidade Federal de Pernambuco

cunhamirandaufpe@gmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar como as crianças que ocupavam a categoria da anormalidade eram classificadas pela psiquiatria no início do século XX em Pernambuco, porque era sustentada a prerrogativa de que educação e medicina deveriam caminhar juntas para que a sociedade brasileira crescesse saudável, higiênica e sem traços de degeneração. Para tanto decidimos utilizar como fonte histórica a obra: *Classificação das crianças anormais. A parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a asthenia mental*. Publicada por Ulysses Pernambucano em 1918 como uma dissertação para o concurso de professor na disciplina *Psychologia e Pedologia da Escola Normal Oficial*. Pudemos analisar o conceito de anormalidade como um conceito histórico – que deve ser entendido de acordo com o local e o período em que é empregado, visto que esse conceito modifica-se – e a própria luta por parte do corpo psiquiátrico do período por uma educação formal às crianças que possuíam algum tipo desvio mental, intelectual ou físico. Luta esta que apesar das tantas leis já implementadas no Brasil ao longo da história, ainda se configura como tal pela efetivação de nossa vasta legislação. Na primeira metade do século XX acreditava-se que a partir da educação essas crianças poderiam crescer e ter uma qualidade de vida diferente, viriam a desenvolver atividades comuns do dia a dia e poderiam vir a trabalhar, assim sendo, devolveriam ao estado os investimentos ofertados através da educação. Entretanto, a teoria não acompanhou efetivamente a prática, e durante décadas não houve de fato uma escola em Pernambuco especializada para este público.

Palavras-chave: História, psiquiatria, crianças, anormalidade, Ulysses Pernambucano.

I. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu a partir de inquietações geradas pela análise da documentação psiquiátrica do Hospital de Alienados do Recife, atualmente conhecido como Hospital Ulysses Pernambucano (HUP) que se localiza em Recife, Pernambuco. Hospital esse que teve uma grande influência não só para Pernambuco como também para a região nordeste. Visto que no começo do século XX o médico psiquiatra Ulysses Pernambucano realizava um trabalho que dialogava com importantes referências do período

como Juliano Moreira - Rio de Janeiro- e Franco da Rocha em São Paulo.

O Dr. Ulysses Pernambucano inicia no estado um polo de pesquisa e tratamento psiquiátrico. Enquanto outros estados nordestinos ainda possuíam asilos administrados por instituições religiosas como a Santa Casa de Misericórdia. Em suas modificações desativou a masmorra do hospício, as camisas de força, trouxe novas práticas e tratamentos. Com o intuito de dar a psiquiatria a aura científica que a mesma já possuía na região sudeste do Brasil.

A psiquiatria desde o século XIX vinha se tornando um dos pilares para organização das sociedades ocidentais e é no século XX que essa prerrogativa se torna ainda mais clara e verdadeira. Muitas vezes a ela juntaram-se instituições sociais, políticas e religiosas, como a Igreja católica que durante a década de 1930 propôs palestras e seminários com o objetivo pedagógico de fazer com que a sociedade se tornasse higiênica e sem traços de degeneração, ou seja, que não estivesse fora do padrão de normalidade aceito no período¹. Que principalmente as crianças crescessem saudáveis para que pudessem ser adultos fortes, higiênicos e normais. E a escola era o local ideal para este aprendizado. Contudo:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende isso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente os que nela entravam distintos dos outros, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. Concebida para acolher alguns e não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. (LOPES, 1997. p. 57)

Com as crianças compreendidas como incapazes não foi diferente. Ulysses Pernambucano clamava por políticas públicas do estado de Pernambuco, que garantissem a essas crianças uma educação formal, um espaço que não fosse o hospital com seus pacientes adultos. Em 1918 para um concurso de professor na disciplina *Psychologia e Pedologia da Escola Normal Oficial* escreve um texto que posteriormente tornara-se livro: *Classificação das crianças anormais. A parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a asthenia mental*.

Este foi o primeiro momento que houve em Pernambuco uma publicação que versasse sobre a preocupação com essa comunidade infantil, que não poderia frequentar as mesmas escolas dos ditos sadios. A partir dela, outros médicos juntaram-se a esta causa. Mas o caminho a uma educação aos moldes do proposto por Ulysses Pernambucano foi longo.

¹ Como visto na reportagem do Diário de Pernambuco em 2 de setembro de 1931. Quando o padre Torrend realizou uma palestra no grupo Amaury de Medeiros sobre higiene mental.

O objetivo dessa pesquisa é entender como as crianças ditas *anormais* eram observadas e classificadas pela psiquiatria no início do século XX em Pernambuco, como educação e medicina deveriam andar juntas de acordo com o médico psiquiatra Ulysses Pernambucano e sua equipe, que só conseguiu instituir a primeira escola para *anormais* em Pernambuco em 1946, três anos após a morte de seu idealizador.

II. METODOLOGIA

Pretendemos problematizar o conceito de anormalidade proposto na obra do Dr. Ulysses Pernambucano: *Classificação das crianças anormais. A parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a asthenia mental.* (PERNAMBUCANO, 1918) Compreendendo o período histórico em que se deu essa busca por uma educação formal para as crianças que desviavam do “padrão de normalidade” instituído, crianças essas que historicamente foram excluídas da escola e da História.

Para tanto decidimos utilizar a obra do Dr. Ulysses Pernambucano como uma fonte histórica. Nos apoiando na perspectiva de José D’Assunção Barros sobre o que é a fonte histórica em nosso campo de pesquisa:

A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma destas duas funções: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma... é o próprio fato histórico. (BARROS, 2005 p.63).

Neste caso, entendemos a obra de Ulysses Pernambucano como uma fonte de informações sobre esse passado da educação aliada a psiquiatria em Pernambuco, contudo não a percebemos como elemento reconstrutor dessa história. E sim, com o objetivo de servir como um instrumento de análise desse passado.

III. DISCUSSÕES

Antes de pensarmos acerca da postura do Dr. Ulysses Pernambucano sobre as *crianças anormais* precisamos de um aporte teórico sobre a construção dessa anormalidade, o seu significado enquanto conceito histórico, ou seja, que tem datação e local. Como muito bem analisa o pesquisador da história da educação José Geraldo Bueno, no livro história social da infância no Brasil:

Se a identidade social do anormal, como uma construção histórica, mantém alguma continuidade no transcurso da civilização, é a de que, em todas as épocas, o meio social identificou, por algum critério, indivíduos que possuíam alguma(s) característica(s) que não fazia(m) parte daquelas características que se encontravam entre a maior parte dos membros desse mesmo meio – não pela simples presença de

uma diferença, mas pelas consequências que tais diferenças acarretavam às possibilidades de participação desse sujeito na construção coletiva de sobrevivência e reprodução de diferentes agrupamentos sociais, em diferentes momentos históricos. (BUENO, 2001. p. 163)

Quem eram essas crianças que ocupavam a categoria da anormalidade na primeira metade do século XX, que tanto preocupava a classe médica? Nesse conceito tão abstrato, mas que a época parecia muito bem definido encaixavam-se crianças epiléticas, os idiotizados, os superdotados, crianças com algum tipo de deficiência intelectual ou que sofriam com desvios mentais e psicológicos, surdas e com deficiência auditiva, cegas.

Ulysses Pernambucano inicia sua obra inferindo sobre as possíveis causas da anormalidade que segundo ele são: “o alcoolismo, syphillis, tuberculose, aneylostomiose², impaludismo³, doença de chagas para não falar senão das principaes”. (PERNAMBUCANO, 1918. p.5). Essas doenças que provinham de pais e mães afetariam diretamente a criança, que poderia nascer com características *anormais*. Por isso o mesmo alerta para a importância do ensino aliado a questão da higiene escolar, que preveniria possíveis casos de degeneração e auxiliaria as crianças que já possuíam um histórico familiar assolado pelas doenças citadas.

Em todo o texto o médico psiquiatra sustenta a tese de que se o estado fosse capaz de dar a essas crianças - que logo se tornariam adultos - uma instrução ou ofício as mesmas deixariam de “ser peso morto no orçamento, seres que vegetam tristemente à espera da morte.” (PERNAMBUCANO, 1918. p.6). Seria só a partir da educação que os compreendidos como anormais deixariam de representar uma chaga social. Podendo devolver ao estado o investimento que tivessem recebido através da educação.

Em *Classificação das crianças anormais* (PERNAMBUCANO, 1918) Ulysses P. ainda levanta questões que dizem respeito ao papel do professor, que deveria também ter a função de procurar e reconhecer os alunos que vivessem num ambiente *impuro e corrompido*, com maus exemplos. Pois essas informações deveriam ser utilizadas pelo médico escolar que juntamente com as enfermeiras iniciaria uma assistência moral a criança. Neste trecho percebemos como a psiquiatria mesmo se posicionando como ciência recebia as influências de nossa sociedade judaico cristã, se desejava curar não só o corpo como também a mente.

Vale ressaltar que as ideias de Ulysses Pernambucano eram reflexos de teóricos europeus e norte-americanos como Ovide Decroly, Francis Galton e De-Moore. Este último defendia a prerrogativa de que existiam verdadeiros anormais e falsos anormais.

² Doença causada por verminoses, que gera no paciente um grave estado de anemia.

³ Doença conhecida atualmente como Malária.

O Dr. Ulysses Pernambucano cria uma subdivisão para esses conceitos, os ditos anormais seriam divididos em três categorias: Os que apresentavam alguma deficiência intelectual e moral por vício de desenvolvimento, que seriam os idiotas, imbecis e débeis de espírito. Os que apresentavam algum tipo de alteração intelectual e moral, ocasionadas por doenças nervosas e mentais, que sofreriam de *psychose degenerativa* e *psycho-neuroses*. E por último os que perderam as faculdades mentais e caíram em demência que sofriam de *demência precoce*, *paralysia geral* e *demência epileptica*.

Já os falsos anormais também eram divididos em três categorias: Crianças que eram incompreendidas na escola, que apresentavam uma inteligência muito desenvolvida, contudo eram indisciplinados justamente por logo aprender o que fora ensinado pelo professor. As crianças relaxadas que não tiveram acesso a uma boa instrução e educação e por isso tornaram-se imorais. E as crianças débeis psiquicamente que por fatores externos, como: a anemia, não poderiam apresentar o mesmo desenvolvimento das crianças ditas saudáveis.

Na análise da documentação sobre o mundo da loucura é muito comum encontrarmos como referencial teórico o filósofo francês Michel Foucault, que influenciou pesquisadores brasileiros desde o final da década de 1970 como Roberto Machado e Jurandir Freire. E até os dias de hoje é um importante aporte para os estudiosos da história da loucura, que revisitaram sua obra, como Vera Portocarrero, Yonissa Marmit Wadi e Sandra Caponi.

Utilizando os conceitos foucaultianos de razão e desrazão, entendendo razão como aquilo que é preservado e desejado como conduta social e desrazão como o que deve ser excluído (DÍAZ, 2012. p.50). Podemos pensar que tanto os anormais verdadeiros, quanto os falsos, de acordo com a perspectiva do médico psiquiatra pernambucano, estariam nessa categoria foucaultiana da desrazão, pois fugiriam a norma, ao padrão de infância do período e por este fator deveriam ter acesso a uma escola diferenciada da das crianças tidas como saudáveis.

IV. CONCLUSÕES

Pensar em conceitos como anormalidade, razão e loucura é sempre tarefa árdua e escorregadia para qualquer pesquisador, pois juntamente com essas palavras nos deparamos com histórias, nem tão antigas, de homens, mulheres e crianças – nosso objeto de estudo neste trabalho - de pessoas que viveram e muitas vezes morreram estigmatizadas por “pertencer” a categoria da desrazão.

Pessoas que nem sempre encontramos nos livros de História, ou nas memórias coletivas, que foram esquecidas em manicômios ou em quartos na

casa de algum parente. Maria Clementina Cunha a primeira pesquisadora brasileira a trabalhar com prontuários psiquiátricos nos alerta que:

Não se trata de buscar uma resposta para a questão “o que é loucura”, pode-se, com certeza, a partir dos prontuários psiquiátricos, refletir sobre ‘o que’ e ‘como’ foi a loucura no período analisado, tanto quanto flagrar como operava o alienismo no período e em que direção” (CUNHA, 1986, p. 113)

Durante este artigo buscamos trazer reflexões sobre uma determinada postura psiquiátrica da qual podemos perceber os seus resquícios até hoje. Ainda é possível encontrar o degenerado moral? Aquela criança que bate a sua porta ou ao seu carro, do qual nunca desejaria que os seus o fossem? Aquele menino ou menina que não teve a chance de ir à escola e de viver no que Ulysses Pernambucano e os médicos higienistas chamariam de um ambiente puro e saudável, seria ele um falso anormal? Alguém que não pode ter outra vida? Muitos responderiam assertivamente todas estas perguntas.

As pessoas sentem repugnância ao ver um idoso, um doente, um morto, um mendigo, um louco babando e, contudo estão sujeitas à velhice, à doença, à morte, e não estão livres nem da pobreza e nem da loucura. Porém, enquanto não ocorrem, pertencem ao outro, ao que eu não sou. Assim como a loucura pode residir na razão e a morte na saúde, nossa subjetividade pode não ser um interior inviolável, mas um desdobramento do exterior. (DÍAZ, 2012. p.48).

Gerar reflexões sobre o papel da escola como um ambiente de controle social, de aprendizado e regramento de uma mente, como também de um corpo. Foi um dos pontos centrais de nosso texto, pensar esse modelo de ensino proposto por Ulysses Pernambucano inserido na realidade de um período, que via na psiquiatria um instrumento de controle social, seria o presente diferente?

V. REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BUENO, José Geraldo Silveira. **A produção social da identidade do anormal**. In: História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

CAPONI, Sandra. **Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro. Editora Fio Cruz, 2012.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo - Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

DÍAZ, Esther. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: Editora Unesp. 2012.

FOUCAUL, Michel. **O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)**. São Paulo: Martins Fontes: 2006.

_____. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio: Vozes, 1997.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MIRANDA Carlos Alberto Cunha. **Quando a Razão Começa Julgar a Loucura: a institucionalização do sistema manicomial em Pernambuco**. In: Cadernos de História: Oficina de História - Ano VII N. 7, 2010. Recife: Editora Universitária da UFPE.

_____. **Terapias Biológicas e a Prática da Lobotomia nos Hospitais Psiquiátricos de Pernambuco na primeira metade do século XX**. In: Revista Seculum. UFPB - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. PPGH - (N. 31- jul./dez. 2014).

_____. **Vivências Amargas: Divisão de Assistência a Psicopatas em Pernambuco nos primeiros anos da década de 1930**. In: Clio. Revista de Pesquisa Histórica. N. 24, v.2, 2007. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

_____. **Cadernos de história: oficina de história: escritos sobre saúde, doenças e sociedade**. Recife: EDUFPE, 2011.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política**. Recife. Editora Massangana, 1984.

PADOVAN, Maria Concepta. **As aparências enganam: aspectos da construção da loucura feminina no Recife dos anos 1930-1945**. Recife. Editora Universitária, 2012

PELBART, Peter P. **Os loucos, trinta anos depois**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n 42, p. 171-176, jul.1995.

PERNAMBUCANO, Ulysses. **Classificação das creanças anormaes. A parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a asthenia mental**. Recife. 1918.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**. Rio de Janeiro, Editora Fio Cruz, 2002.

WADI, Yonissa Marmitt. **Experiências de vida, experiências de loucura: algumas histórias sobre mulheres internas no Hospício São Pedro (Porto Alegre, RS. 1884-1923)**. In: História Unisinos ORNELLAS, Cleusa Panisset. **Paciente excluído: História e críticas das práticas médicas de confinamento**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. **A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura.** Minas Gerais. EDUFE, 2009.

_____. **Quem somos nós loucos!?** Um ensaio sobre os limites e possibilidades da reconstrução histórica de trajetórias de vida de pessoas internas como loucas. Anos 90, Porto alegre, v. 13, n.23/24, pg.287-319, jan./dez.2006.

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 1931-1939. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 15 ago. 2017.